

Resolução de Educação

Assinam: Movimento Correnteza, Coletivo Juntos!, Juventude Vamos à Luta!, Ecoar.

O Orçamento 2023 prevê apenas R\$5,39 bilhões para os gastos discricionários das universidades federais, ou seja, aqueles referentes ao funcionamento das instituições, à mão de obra e às políticas de assistência estudantil. Herança do governo Bolsonaro, o valor é o menor dos últimos dez anos, segundo levantamento feito pelo Observatório do Conhecimento. Caso não haja uma forte recomposição orçamentária, milhares de estudantes pobres enfrentarão enormes dificuldades de se manter na universidade.

De fato, nos últimos 20 anos, a presença de pessoas de menor renda nas universidades aumentou seis vezes. Os investimentos em políticas de permanência estudantil estão intimamente ligados à presença de filhos e filhas da classe trabalhadora no ensino superior. Mas entrar em uma graduação é apenas uma etapa do difícil caminho a ser percorrido pelos estudantes até o tão sonhado diploma.

Nesse sentido, a Lei de Cotas, que completou 10 anos em 2022, mostrou-se como uma importante política para a formação de jovens pobres e negros. Contudo, é preciso ir além: fortalecer e ampliar as medidas de acesso ao ensino superior e garantir que esses jovens não apenas entrem nas universidades, mas que permaneçam, tendo a possibilidade de se dedicarem à graduação e se formarem.

Defendemos a ampliação da Lei de Cotas e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e que eles passem a incluir a pós-graduação de maneira obrigatória. Também é urgente a ampliação e aumento dos valores das bolsas de permanência, que estão defasadas há anos, bem como a redefinição dos critérios para se conseguir um auxílio, pois os pré-requisitos não podem ser apenas econômicos, mas também sociais.

Para os estudantes da licenciatura e futuros profissionais da educação é necessário revogar o Novo Ensino Médio, para não aprofundar as desigualdades sociais entre os estudantes das escolas públicas e privadas, tirando da grade disciplinas fundamentais na vida crítica dos alunos, como História, Filosofia, Sociologia, afetando também os futuros profissionais da área. Essa reforma só beneficia os interesses das fundações privadas, como Instituto Unibanco, Fundação Bradesco, ou seja, tornando a educação pública em um grande balcão de negócios.

Os estudantes precisam estar no Orçamento!

Infelizmente, a política orçamentária praticada pelo Estado brasileiro ao longo dos anos é inimiga do desenvolvimento da educação. Em nome de uma eficiência fiscal voltada aos interesses do capital, regulamentada pela Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95), direitos foram retirados e investimentos em áreas sociais básicas, como saúde e educação, foram reduzidos. Por isso, é fundamental lutar por um orçamento que assegure a plena realização do direito à educação, do ensino básico à pós-graduação.

Hoje, já existem mecanismos que garantiriam tais recursos, mas que ainda não foram postos em prática, como o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição Federal de 1988, mas até hoje não aplicado. Tem mais: enquanto o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023 (PLOA-2023) prevê um gasto de 1,4 trilhão de reais em saúde, segurança, educação, moradia e transporte, serão destinados 2,01 trilhões para o pagamento da dívida pública, que drena os recursos do país para os cofres de grandes bancos e de especuladores nacionais e internacionais e aprofunda a desigualdade social em nosso país.

Está em debate uma Nova Regra Fiscal, apresentada pelo atual governo como substituta ao Teto de Gastos. No entanto, nessa proposta, há poucas alterações e continuam livres das amarras do Teto os gastos que realmente causam um rombo nas contas públicas: o pagamento de juros e a amortização da dívida pública. Somente nos últimos 12 meses, foram pagos R\$659,1 bilhões para os bancos e os acionistas. Os gastos em áreas fundamentais não estão atrelados à lógica do ajuste fiscal que apenas serve para garantir o lucro dos banqueiros.

Precisamos lutar para acabar com o mecanismo da dívida pública para que a riqueza produzida em nosso país seja destinada a atender aos interesses do povo e não para enriquecer o capital financeiro global.

Com mais investimentos na educação, o livre acesso às universidades e a permanência de todos e todas até o fim da graduação não vão ser um sonho de poucos, mas a realidade de todos os jovens brasileiros!

Ensino remoto permanente? Revogar os 40% EAD nos cursos presenciais já!

Está em curso um grande retrocesso para a educação brasileira: a implementação da Portaria Nº 2.117, autorizando que 40% da carga horária de cursos presenciais sejam ofertados de forma semipresencial. Essa medida faz parte do projeto elitista de sucateamento das universidades e se estabelece sem debate com a comunidade acadêmica. Nas universidades privadas, já é permitido 20% de aulas online em cursos presenciais, o que é usado pelos donos dessas instituições para “economizar”.

Os dados sobre a evasão universitária na pandemia são assustadores: 43% dos jovens entre 18 e 29 anos pensaram em parar de estudar e, entre aqueles que já estavam nas universidades, 3,5 milhões largaram os estudos. O resultado foi uma queda de 18,8% no número de estudantes formados na pandemia (CNJ).

Esse processo se agravou após a aprovação do decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que desregulamenta entre outras coisas a fiscalização do MEC sob os polos de ensino EAD e também altera as exigências mínimas para que um pólo seja aberto aumentando e aprofundando o processo de precarização e de invisibilização do ensino EAD, que também sai prejudicado enquanto modalidade de ensino.

A portaria 2.117 também é a desculpa perfeita para novos cortes de verbas. Com isso, aumenta-se a evasão universitária e se dá mais um passo para a destruição definitiva da universidade pública. Por isso, exigimos que a opção de cada estudante pelo ensino a distância ou presencial seja respeitada e não utilizada para tirar investimentos da educação. Queremos mais investimentos nos cursos presenciais e exigimos que os componentes curriculares obrigatórios destes permaneçam de forma 100% presencial.

Vale dizer que o EAD cumpre nos dias de hoje um papel de democratização do ensino superior brasileiro. Diversas trabalhadoras e trabalhadores veem nessa modalidade de ensino uma oportunidade de ingressar na graduação e assim garantir melhores condições de vida, isso não pode ser confundido com a presença de aulas online nos cursos presenciais. Defendemos o EAD com regulamentação e qualidade de ensino!

Fim da lista tríplice e posse dos reitores eleitos

Desde que assumiu o cargo em 2019, Jair Bolsonaro já interferiu na nomeação de gestores e gestoras de 23 universidades federais, seja empossando nomes que constavam em segundo ou terceiro lugar na lista tríplice encaminhada pelas universidades ao Ministério da Educação (MEC), seja indicando pessoas que sequer participaram dos processos de escolha junto à comunidade acadêmica. comunidade acadêmica

Dessa maneira, Bolsonaro destruiu a democracia interna da IES sucateando e precarizando a estrutura das universidades, cortando investimento, perseguindo servidores e estudantes, tudo para que as universidades não tivessem pleno funcionamento.

Para que possamos restabelecer a democracia de nossas instituições, avançar na recomposição orçamentária e na luta pela ampliação na política de permanência estudantil, é necessário avançar na luta pelo projeto de universidade que defendemos, pondo fim as intervenções nas instituições federais de ensino, e defender a campanha pelo fim da lista tríplice.

Reitor eleito é reitor empossado!

Escola e Universidades são territórios antifascistas.

Mesmo a partir da derrota de Bolsonaro, a extrema direita continua a se articular e causar terror nas escolas e universidades, fazendo ataques que lamentavelmente retiram a vida de crianças e professoras. Baseados em ideologias misóginas, neonazistas, LGBTQIA+fóbicas, de supremacia racial e masculinistas estimuladas pelo bolsonarismo nos últimos anos, propagam o medo para desestabilizar a sociedade e tem como alvo, justamente, aqueles que são parte de minorias sociais.

A resposta de alguns governos estaduais tem sido a de militarização das escolas, que não resulta na redução de casos de violência, apenas agrava o clima de terror. Nossas universidades precisam ser territórios antifascistas! E, para isso, a desbolsonarização da educação é essencial. Deveria-se investir nos profissionais da educação, na sua formação continuada e ampliar o quadro de funcionários, fornecendo uma educação feminista, antirracista que combata a ideologia fascista.

Não iremos tolerar qualquer ataque às escolas e universidades!

Os últimos quatro anos foram marcados por uma defesa arraigada da democracia e dos direitos do povo brasileiro. O desgoverno do fascista Bolsonaro não mediu esforços para retirar os direitos do povo, atentar contra a democracia, exaltar a ditadura militar fascista e planejar e insuflar um novo golpe no Brasil. Hoje precisamos exaltar e construir os espaços democráticos e de enfrentamento ao autoritarismo, para que possamos não só derrotar o Bolsonaro, mas também o bolsonarismo. Os espaços do movimento estudantil devem refletir essa luta!

Precisamos seguir mobilizados e ocupar as ruas para derrotar de vez a extrema direita e exigir a punição por seus crimes. Exigir a prisão de Bolsonaro e seus cúmplices é nossa bandeira mais urgente para que haja justiça às centenas de milhares de mortes da COVID-19 que poderiam ter sido evitadas e para liquidar com aqueles que se organizam sob ideias nazistas e fascistas. A juventude é a bandeira de coragem de quem vai seguir ecoando: Sem perdão e nem anistia!

Neste novo momento, marcado pela derrota do Bolsonaro sem ainda uma derrota definitiva da extrema direita, entendemos que a UNE precisa se posicionar de maneira independente do Governo Lula, defendendo o governo dos ataques da extrema direita, mas não limitada ao toma lá dá cá com os setores da velha política que também são parte do governo. Para isso, é necessário apostar no método da mobilização permanente, não só nas grandes datas de luta, mas também no cotidiano das universidades, respondendo com luta aos inúmeros problemas enfrentados pelos estudantes.

Os espaços do movimento estudantil também devem refletir essa luta pela democracia. Infelizmente, a atual direção majoritária da UNE (UJS/PCdoB) pouco teve essa vontade política: durante os últimos 4 anos não convocou nenhum CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) e não realizou sequer uma reunião da diretoria plena (espaço que reúne todos os diretores da UNE), negando a mais de 70% da sua diretoria o direito de opinar e de decidir os rumos da entidade. O resultado desta falta de democracia é que a direção majoritária toma decisões pela entidade sem consultar o conjunto dos estudantes. Esse grupo também não divulga a prestação de contas da desde 2020 e transformou seus conselhos fiscal e editorial em órgãos burocráticos.

Atitudes como essas mostram que a atual direção majoritária da UNE não se preocupa com a democracia e realização de seus fóruns, excluindo a base do ME das decisões políticas da entidade.

No que tange a construção do próximo CONUNE, por exemplo, acreditamos que as regras para inscrição de chapa em qualquer universidade não podem inviabilizar a expressão das diferentes opiniões presentes no movimento estudantil. Não podemos ser nós aqueles que defendem a lógica do pensamento único. Por isso, acreditamos que as regras que balizam o funcionamento e as disputas dos fóruns da UNE não devem jamais servir à inviabilização do debate nem impedir a escolha entre diferentes projetos por parte dos estudantes. Acreditamos que é fundamental estabelecer parâmetros mais democráticos e transparentes para a organização do Congresso da UNE.

Nos preocupa recentemente um surgimento artificial de entidades estudantis, construídos em processos que não abarcam a totalidade dos estudantes de cada local, justamente para estarem a serviço de uma lógica hegemônica. Na prática, fica mais fácil fundar uma entidade estudantil, em uma lógica restrita e sem ampla participação, do que inscrever uma chapa no processo de eleição de delegados para o CONUNE. Diante dos critérios antidemocráticos exigidos, que impedem que a

pluralidade de opiniões existentes no movimento estudantil sejam expressas. A UNE é dos estudantes e não pode se resumir aos interesses de qualquer organização política.

A atual direção da UNE tem sido incapaz de aprofundar e ampliar a democracia na UNE. Para isso precisamos restabelecer seus espaços de debate urgentemente, bem como tirar do ostracismo o conselho editorial e fiscal da UNE. Reorganizar o calendário de realização do CONEB para debater com as entidades de base os problemas que a educação brasileira enfrenta, além de restabelecer as reuniões presenciais da diretoria executiva e plena e que, finalmente, todos os diretores da UNE possam participar da gestão com voz e com voto. Só assim a UNE pode cumprir seu papel de ser frente de luta do Movimento Estudantil, garantir um ensino de qualidade e defender um projeto de educação feito pelo povo e para o povo!